



ESCOLA informação

| n° 11.out.2016 | 
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA - SPGL

Digital

Gestão

Aposentação

Horários

Concursos

Vinculação

Currículos

Mudanças a construir

Que ninguém fique parado!



Sites e Blogs



Rede de Bibliotecas Escolares

<http://www.rbe.min-edu.pt/>
<http://blogue.rbe.mec.pt/>

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) foi lançado, em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital.

A RBE tem promovido projetos de inovação em diferentes áreas, com uma intervenção na melhoria das aprendizagens, das literacias e no envolvimento da comunidade educativa. Ideias com Mérito, aLeR+, em parceria com o Plano Nacional Leitura, e Ler é para já e Newton gostava de ler são alguns dos projetos apoiados e cujos materiais e informação se podem encontrar no site. No site disponibiliza-se informação variada sobre as bibliotecas esco-

lares, com pesquisa através de um mapa digital, bem como sobre as suas boas práticas. Existe ainda um catálogo global a que as escolas podem aderir.

O Blogue RBE, por sua vez, constitui um espaço aberto de difusão de ideias e realizações quer de iniciativa da Rede de Bibliotecas Escolares, quer de outras instituições que se interessam pela mesma temática: as bibliotecas, a leitura, as literacias, o livro e as tecnologias de comunicação. Privilegia-se as iniciativas de entidades que trabalham diretamente com a RBE ou partilham do mesmo objetivo: a formação de jovens leitores e cidadãos esclarecidos e críticos. Qualquer introdução de informação é efetuada pela equipa da RBE, pelo que deve ser dirigida para o endereço de correio eletrónico: blogrbe@mail-rbe.org.



Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Paginas/default.aspx>

Enquanto organismo coordenador do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, é objetivo da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas disponibilizar neste portal recursos e serviços para as bibliotecas, fomentando entre estas o diálogo e a cooperação, de modo a contribuir para um serviço de biblioteca pública de qualidade. O portal também é útil para os utilizadores das bibliotecas.

Estão reunidas, nesta página, as ligações a todos os catálogos das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas disponíveis na Internet. É possível também acompanhar uma seleção de eventos e atividades a decorrer nas bibliotecas públicas municipais. E navegar na Internet pelos sites das várias bibliotecas de todo o país, de Abrantes a Viseu, passando por Faro, pelo Funchal.

Sofia Vilarigues

O populismo jornalístico ao serviço da direita

A direita política anseia “por sangue”. Já que o diabo não veio, sejam os sindicatos a encher as ruas de protestos. Como se a defesa dos direitos de quem trabalha se fizesse sempre e só através de “manifs” e ações de rua. O populismo rasca de alguns textos publicados em jornais (Onde para o Mário Nogueira, O desaparecimento do Mário, Onde está o Wally Nogueira, etc.), alimentam a campanha, mas são também sinal do total desnorde dessa direita.

No que respeita aos professores, não deixa de ser curioso que, existindo uma federação cujos dirigentes são militantes ou afetos ao PSD (a FNE), a direita proteste porque a FENPROF não faz “manifs,” reconhecendo desse modo a total inoperância da FNE na capacidade de mobilizar os docentes face a presumidos (e sonhados) motivos para “virem para a rua”.

Os professores não são parvos: reconhecem as dificuldades com que se confrontam, vivem as dificuldades quotidianas das escolas onde trabalham, sabem que têm de lutar por questões tão importantes como o direito a uma aposentação justa e em tempo adequado, o descongelamento das carreiras, a gestão democrática, etc. Mas sabem também que têm com o atual governo melhores condições para obter resultados – e alguns já foram atingidos. Não deixarão enlear-se no venenoso “canto da sereia” da direita. Confiam, sejam eles politicamente de direita ou de esquerda, do CDS ou do PCP, que os sindicatos da FENPROF serão capazes de obrigar o ME a negociar e definirão, auscultando os docentes, em cada momento, as melhores formas de intervenção. É necessário responder com lucidez e inteligência às provocações de uma direita ressabiada pelo facto de a geringonça estar mesmo a funcionar. ■

Miguel André

Nº 11 out .2016

SUMÁRIO



- 2. Sugestões.** Sites e Blogs
- 4. Editorial.** José Alberto Marques
- 5. Dossier.** Revisão da legislação de concursos
- 15. Cidadania.** O Deutsche Bank e a crise do euro
- 16. Reportagem.** Rede de Bibliotecas Escolares, 20 anos. Tempo de celebrar e refletir
- 19. Escola/Professores**
 - 19.** Carta Reivindicativa do 1º Ciclo do Ensino Básico
 - 20.** Ensino do Português, chave de inclusão
 - 23.** Pena de morte: estratégia ineficaz no combate ao terrorismo
 - 24.** Quinzena pela Justiça Social e Climática
 - 26.** CETA: Ataque ao regime democrático e às conquistas dos trabalhadores
- 27. Aos Sócios**
- 30. Consultório Jurídico**
 - Formas de extinção do vínculo de emprego público (continuação). Extinção por caducidade



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lúgia Calapez (Jornalista) . **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lúgia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fiálio de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 . Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Se podes olhar, vê; e se podes ver, repara!

No dia 14 outubro foi conhecido oficialmente o [Orçamento do Estado](#) para o próximo ano, assim como as quatro prioridades políticas que o Governo entende serem fundamentais nesta proposta: prosseguir a recuperação de rendimentos das famílias, promover o investimento, desenvolver o estado social e apostar no conhecimento.

Para a prossecução dos objetivos definidos são apresentadas pelo Governo as várias medidas consideradas relevantes, nomeadamente a atribuição de manuais escolares gratuitos a todos os alunos do 1º ciclo da rede pública de ensino, a universalização efetiva da educação pré-escolar a partir dos 3 anos de idade, a contratação de docentes e investigadores, de modo a reforçar o emprego científico e a facilitar a entrada de jovens doutorados nas carreiras académicas, entre outras.

Nesta proposta, e no que diz respeito ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, verifica-se uma ligeira melhoria na sua dotação financeira: um acréscimo de 3,1% (179,4 M€) e 5,8% (131,8M€) respetivamente, que, no essencial, apenas cobre a reposição salarial que ocorreu faseadamente em 2016. Ora, sem pretender pôr em causa a importância destas medidas, sendo a Educação e a Ciência um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, várias outras ficaram por orçamentar. É imprescindível fazer uma opção clara de mais investimento nestas áreas, pois só assim se promoverá um crescimento mais sustentável e se resolverão muitos dos problemas estruturais que se criaram nos últimos anos.

Nesse sentido, há que reforçar as verbas para a Educação e Ciência, respondendo desta forma às necessidades do sistema educativo. É essencial que a discussão na especialidade crie condições que permitam responder às legítimas aspirações, podemos mesmo dizer expectativas, dos docentes relativamente a um conjunto de matérias que são estruturantes. Desde logo, o problema do [horário de trabalho](#), relativamente ao qual é urgente esclarecer o que se considera horário letivo e quais as tarefas que integram a componente não letiva. Do ponto de vista da FENPROF e dos seus sindicatos, não faz qualquer sentido não considerar na componente letiva dos docentes o trabalho que desenvolvemos diretamente com os nossos alunos. Outra questão que se coloca, e estudos realizados confirmam-no, é a do envelhecimento e desgaste dos docentes em exercício. Urge combater esta situação, o que só será possível com a aprovação de um [regime especial de aposentação](#) que permita, nomeadamente, que docentes que já perfizeram 40 anos de serviço se aposentem já, sem qualquer penalização. À resolução deste problema ligamos um outro, que é a precarização do trabalho, que na nossa profissão atinge os níveis que todos nós conhecemos. É fundamental assegurar estabilidade no exercício da profissão, há que conseguir a [vinculação de colegas](#) que, com o seu esforço e profissionalismo, têm garantido a qualidade da escola pública e contribuído para o prestígio de que esta goza junto da população portuguesa.

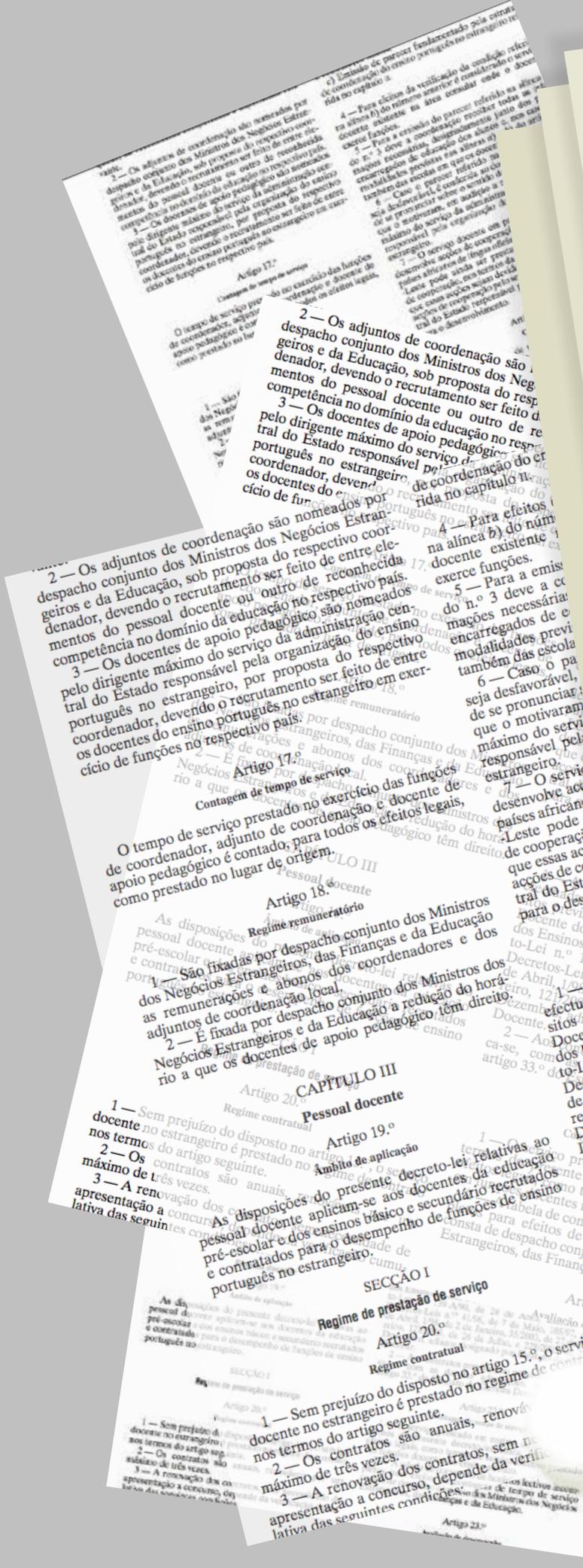
Dois outros problemas que carecem de resolução urgente se nos colocam: o do [descongelamento das nossas carreiras e a contagem integral do tempo de serviço prestado](#), querendo com isto afirmar “Cumpra-se o Estatuto da Carreira Docente em vigor”! e um outro que se prende com a [gestão das nossas escolas, que se quer democrática](#) e participada, condição indispensável à prossecução dos objetivos definidos, isto é, à construção de uma escola pública de qualidade para TODOS.

Mas este orçamento pode ir mais além. Deverá estabelecer regras que efetivem o [direito à contratação coletiva](#), consagrado na Constituição, assegurando a revogação da norma que permite às entidades patronais declararem unilateralmente a caducidade dos contratos em vigor e que permitam a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, garantindo desta forma a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, condição indissociável do desenvolvimento económico e social do país e da afirmação da democracia.

O livro *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, tem esta frase fabulosa: "Se podes olhar, vê; e se podes ver, repara!" Reparar, na verdade, é ampliar o olhar para aspetos que merecem consideração e não devem passar despercebidos. Com esse propósito, é importante que os grupos parlamentares que sustentam o Governo, consagrem no Orçamento de Estado medidas que [valorizem os seus docentes e investigadores](#) e impulsionem a escola pública de qualidade, ao contrário do sucedido nos últimos anos de governação. ■

Revisão da legislação de concursos

O tema deste Dossier está na ordem do dia. É, neste momento, uma questão – de fundo – cuja resolução ainda se arrasta. Aqui juntamos informação pertinente e diversos olhares sobre uma realidade que afeta profundamente a vida profissional e pessoal dos professores. Antes do mais um balanço do que está em causa nas negociações com o ME e quais os princípios a defender pela FENPROF. E, simultaneamente, testemunhos, opiniões, exigências, de professores contratados e do Ensino Particular e Cooperativo. ■



Concursos: negociar um diploma mais justo é urgente!

• **Anabela Delgado**

Dirigente do SPGLL

Abrir negociações sobre o diploma dos concursos durante o mês de outubro foi promessa da equipa do ME após ter dado por findas as colocações que cada vez mais proliferavam no sistema, as célebres BCE – Bolsa de Colocação das Escolas – processo desde início contestado pela FENPROF e muito defendido, nomeadamente por alguns diretores que foram assumindo publicamente ser esse processo um sinal importante da autonomia das escolas e até por algumas organizações sindicais que hoje se apressam a tornar públicas outras posições!

No momento em que este texto está a ser escrito não se encontra ainda marcada qualquer reunião com o ME para se iniciar o processo negocial, o que parece não ser um bom sinal! Parece não ser um bom sinal até porque se vão conhecendo posições de diretores e associações de diretores, alguns dos que defenderam a BCE, a reivindicarem a continuação do processo ou de outro semelhante, mesmo que mais mitigado, desde que lhes assegure aquele “poderzinho” de poder dizer ao professor (que não se porte bem, isto é, ao jeito que ele entende) que no ano seguinte não fica na escola ou, se necessário, fazer algum favor a um qualquer amigo!

Esperemos que não seja por se encontrar com um dilema deste tipo em mãos que a equipa do ME ainda não iniciou o processo, já que qualquer tentativa de regressar a um modelo de colocações tipo BCE contará com a forte oposição da FENPROF.

É pois necessário e urgente alterar alguns aspetos daquele diploma,

tais como:

- clarificar em lei que os concursos se realizam a nível nacional e que obedecem a uma lista única nacional organizada em função da graduação dos candidatos a cada concurso;
- alterar os critérios para a aplicação da “norma travão” aos professores que permanecem contratados no sistema durante vários anos sem qualquer vínculo – o regime de vinculação dos docentes;
- aplicar o regime de vinculação que vier a ser acordado aos docentes das escolas especializadas de ensino artístico – artes visuais, dança, música e, ainda, a outros docentes contratados anualmente como técnicos especializados, por não pertencerem a qualquer grupo de docência;
- fazer o ajustamento dos quadros das escolas/agrupamentos de forma a criar uma efetiva estabilidade do corpo docente nos estabelecimentos de educação e ensino – a sua dimensão e até a sua estrutura (ciclos e grupos) estão, em muitos casos, desfasados da realidade;
- reduzir a área geográfica dos atuais QZP e introduzir maior justiça relativa entre os candidatos ao concurso de mobilidade interna, mantendo fundamentalmente o princípio do respeito pela graduação dos candidatos;
- garantir a colocação em concurso nacional dos docentes do grupo 530 – Educação Tecnológica, dos quadros ou contratados – dentro da sua área de formação, sempre que haja horários que contenham disciplinas das áreas técnicas dos cursos profissionalizantes.

Neste contexto, a FENPROF entregou no último dia do mês de outubro ao ministério da Educação um documento com o enun-

ciado dos princípios que orientarão as suas posições no quadro da negociação da revisão do decreto-lei que regula os concursos atualmente. Aguarda-se que a outra parte apresente as suas propostas.

Princípios a defender pela FENPROF

Processo Negocial de Revisão do Regime Legal de Concursos

1. Os concursos deverão manter uma abrangência nacional, com recurso a uma lista única de candidatos organizada em função da graduação profissional;
2. Cálculo da graduação profissional de todos os candidatos assente, exclusivamente, na classificação profissional e no tempo de serviço prestado, sem qualquer interferência da classificação obtida em sede de avaliação do desempenho;
3. Abertura anual de todos os concursos, incluindo o interno; a estabilização dos docentes nas escolas deverá ocorrer por via da estabilização dos seus quadros e não através de colocações plurianuais compulsivas;
4. Abertura de lugares de quadro das escolas/agrupamentos de acordo com as suas reais necessidades – o que, globalmente, implicará o seu alargamento – e para cujo apuramento deverá ser já tida em conta a inadiável redução do número de alunos por turma em todos os níveis de educação e ensino;
5. Redução significativa da área geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica;
6. Respeito pela graduação profissional como critério determinante para a ordenação dos candidatos à mobilidade interna, independentemente do tipo de quadro – QA/QE ou QZP – a que pertençam;
7. Acesso a qualquer das vagas

de quadro, sejam elas de escolas/agrupamentos de escolas ou de zona pedagógica, abertas no âmbito do preenchimento das necessidades permanentes do sistema, para todos os candidatos aos concursos interno e externo;

8. No respeito pela Diretiva Comunitária 1999/70/CE, de 29 de junho, e pela lei geral portuguesa aplicável aos trabalhadores da Administração Pública, consagração de um regime de vinculação dinâmico para todos os docentes que atinjam os 3 anos de serviço docente prestado em escolas públicas, o que implicará a revogação da designada “norma travão” atualmente em vigor;

9. Justiça no acesso ao emprego público o que implicará a revisão das prioridades definidas para os concursos externo e de contra-

tação inicial/ reserva de recrutamento;

10. Respeito pelas limitações geográficas impostas pela lei geral aplicável aos trabalhadores da Administração Pública, fixadas atualmente num máximo de 60 quilómetros, quanto às mobilidades interna e por iniciativa da Administração aplicáveis aos docentes sem componente letiva atribuída;

11. Eliminação da figura de renovação de contrato, tendo em conta a arbitrariedade e discricionarieidade associadas e a consequente subversão da graduação profissional;

12. Garantia de colocação através do concurso nacional dos docentes do grupo 530-Educação Tecnológica, sejam eles dos quadros, sejam candidatos externos, quando esteja em causa o preenchimento

de horários que contenham horas de disciplinas técnicas de cursos profissionalizantes, situação em que deverão ser selecionados de acordo com as suas áreas de formação específicas;

13. Criação de novos grupos de recrutamento nas áreas, hoje consideradas como Técnicas Especiais, que correspondem ao desenvolvimento de funções efetivamente docentes;

14. Antecipação generalizada das datas em que se realiza cada uma das fases dos concursos e obrigatoriedade de publicação do calendário de concursos no correspondente aviso de abertura;

15. Consagração de incentivos à fixação dos docentes nas escolas localizadas em zonas isoladas e/ou desfavorecidas. ■

Revisão do regime de concurso

A FENPROF foi surpreendida por uma convocatória enviada do ME, convocando-a para uma reunião a realizar em 30 de **novembro**, destinada a apresentar o projeto de diploma de novo regime de concursos e a definir o calendário negocial. Aqui apresentamos, em síntese, o conteúdo do comunicada do *Secretariado Nacional da FENPROF*.

A FENPROF manifestou o seu total desacordo com a data prevista para a realização da primeira reunião, pois remete a negociação para um período de interrupção letiva ou, se a empurrar para janeiro, limita-a a um curto espaço de tempo, dada a necessidade de, nessa altura, garantir que não há atrasos na publicação do novo diploma legal. Para além de, obviamente, este adiamento desrespeitar o compromisso assumido pelo Ministro em 29 de julho passado.

Tendo recebido a convocatória

do ME antes de ali se deslocar e sendo confirmada, pelos seus responsáveis, a data de 30 de novembro, **a FENPROF formalizou a entrega de uma contraproposta de calendário negocial**, apontando para a realização da primeira reunião na próxima semana, a realização de reuniões técnicas nas semanas que se iniciam em 21 e 28 de novembro e o encerramento do processo negocial na semana de 5 de dezembro. Este calendário permite ainda que, a ser requerida, a negociação

suplementar tenha lugar antes de terminar o 1.º período letivo.

A FENPROF entregou ainda no ME um documento contendo 15 princípios que pretende ver respeitados no futuro diploma legal de concursos.

O Secretariado Nacional da FENPROF reúne em 3 e 4 de novembro, onde, entre outros aspetos, apreciará a situação criada com o adiamento, em dois meses, das negociações. Dia 4 será tornada pública a posição aprovada face à situação. ■

A FENPROF apresenta a seguinte contraproposta de início de negociações e proposta de calendário negocial:

- Envio, esta semana, de convocatória, acompanhada de projeto de diploma legal, para realização de primeira reunião na próxima semana;
- Semana que se inicia em 7 de novembro: realização de primeira reunião para fundamentação, pelo ME, nos termos da lei, das opções que constam do seu projeto e registo de consensos e divergências;
- Semanas que se iniciam em 21 e 28 de novembro: realização de reuniões negociais para discussão de aspetos concretos, relativamente aos quais exista desacordo;
- Semana que se inicia em 5 de dezembro: reunião final do processo negocial ordinário.



O inferno das contratações sem fim

• **Paulo Lourenço**

Docente contratado, grupo 410, Filosofia

O início de carreira, no longínquo ano de 1994, carregado de esperanças associadas à realização de uma atividade profissional exercida num domínio particularmente apreciado, naturalmente acometido de responsabilidades enquadradas numa ordem legal que garantisse um exercício pleno da atividade docente veio, contudo, no decurso dos dias, a revelar-se particularmente revestido de uma densa nuvem de inclemências que, aos poucos, têm vindo

a tornar a experiência docente penosa de ser vivida. Recorrentemente, o docente contratado vê-se confrontado com a passagem dos anos sem que tal corresponda à realização das mais básicas expectativas de integração numa carreira profissional que o tempo de serviço acumulado deixaria antever.

A romaria anual dos concursos é uma efeméride de parcas compensações e o vislumbre ou promessa de uma potencial colocação, não garante só por si, pela contingência dos intervalos das cargas horárias a concurso, o usufruto de valores monetá-

rios que permitam satisfazer compromissos múltiplos, não restabelece de modo algum a pacificação interior de quem, consecutivamente, se vê espoliado dos mais elementares direitos que um Estado que deles se reclama, reiteradamente os ignora relativamente ao corpo docente de contratados que anualmente contribui para a edificação do país.

A situação atual do docente contratado, em exercício de funções, desenha-se de modo a deixar um travo insuportável de acidez profissional, fruto de uma prolongada instrumenta-

lização da dignidade, do brio e da responsabilidade inquebrantável do professor. Não se exige a tutela de, por meia dúzia de patacas, sujeitar os docentes contratados às mesmíssimas exigências reclamadas aos colegas de carreira, sublimando a consciência pela atribuição de um subsídio de sobrevivência (o índice remuneratório de referência é o índice 161) e o acesso a um serviço de assistência na saúde, vulgo A.D.S.E. Acresce a isto a aplicação de um regime de avaliação do docente contratado, com periodicidade anual, mecanismo por via do qual pretende o M.E. sossegar consciências parentais e alardear para os mais críticos a existência de mecanismos de controlo do desvario docente. Até prova em contrário, o docente contratado é suspeito. Cabe aqui, por isso, perguntar pela racionalidade deste mecanismo, uma vez que, marginal à carreira docente, o professor contratado em nada beneficia da aplicação deste instrumento, concebido fundamentalmente para justificar a progressão na carreira. A sua existência só se compreende numa lógica de vigilância desconfiada do trabalho de homens e mulheres que esgotaram a sua vida ao serviço de uma causa, a escola pública, com elevados prejuízos pessoais em muitos casos, sem nunca terem reclamado quaisquer benesses particulares. Este é claramente um dispositivo legal a pedir imediata revisão.

A precaridade com que estes docentes se veem confrontados, que muito aproveita a quem deles se serve para realizar um nobilíssima função social, viola sem margem para dúvidas o disposto no ordenamento jurídico português aplicável a uma franja significativa destes profissionais da educação. A existência de uma norma travão não é um fator de correção de distorções

consecutivas da letra e do espírito da lei em vigor e urge exigir a sua revogação.

Concursos

Em matéria concursal, é expectável, dadas as disponibilidades tecnológicas atuais, a realização significativamente mais precoce dos concursos para colocação de professores, não se compreendendo a morosidade com que continuamente insistem em manter-se. Acrescente-se também a este respeito a exigência de celeridade na resposta às solicitações de disponibilidade de horários realizada pelo M.E aos diretores escolares, de modo a evitar para o futuro a existência de distorções na colocação de docentes que, estando situados em posição superior na lista nacional de ordenação de professores, venham a ser sujeitos a colocações que, posteriormente, em reservas de recrutamento seguintes, se verifique serem atribuídas outras colocações mais vantajosas – horários completos e mais próximos da residência - a colegas situados em lugares mais remotos da referida lista. As consequências, ao nível remuneratório e do tempo de serviço, são inaceitáveis. Assim, a verificar-se o incumprimento temporal das solicitações da tutela, devem os diretores escolares ser sujeitos a justificação por escrito das causas fundamentadoras do eventual incumprimento, avaliando o M.E da possibilidade de aplicação de procedimento disciplinar (vide o ocorrido com o número de colocações na CI e a 2ª reserva de recrutamento), de modo a fazer cumprir integralmente o disposto no Dec. Lei nº 83-A/2014 DE 23/05, que prevê que as reservas de recrutamento procedam “à satisfação de necessidades transitórias, em horários temporários surgidos após a contratação inicial.”

Em consequência dos resultados concursais, ocorre com frequência verificar-se a colocação de docentes contratados em escolas ou agrupamentos de escolas em distâncias superiores a 60km. Deste modo, é legítimo reivindicar para estes docentes, em resultado do baixo valor da remuneração base auferida, um subsídio de arrendamento que lhes permita dispor de tempo adicional para o desenvolvimento de planos de trabalho em ordem à melhoria da sua atividade profissional e dos resultados escolares dos alunos, em detrimento do desperdício de muitas horas passadas em itinerários rodoviários esgotantes.

Formação contínua

O longo período de prestação de serviço público de ensino, em situação de precaridade, dos docentes contratados, exige a equiparação remuneratória ao índice e escalão respetivo dos docentes de carreira em situação de igualdade em termos de tempo de serviço. A atual situação de discriminação é inaceitável e atentatória da dignidade profissional e moral destes docentes, uma vez que estabelece assimetrias injustificadas entre profissionais do mesmo ofício. Acrescente-se a este facto, a necessidade de realização de formação contínua, inegável no que concerne ao desenvolvimento de uma atividade profissional que se pretende de qualidade e que procure responder assertivamente à celeridade e exigências da dinâmica social, mas que se revela extraordinariamente difícil, se não mesmo impossível, dados os valores frequentemente solicitados pelas entidades formadoras para a sua realização. As consequências são óbvias e dispensam esclarecimentos adicionais. Cabe, portanto, exigir formação gratuita para os docentes, cabendo

ao estado prover o M.E.C. das dotações orçamentais necessárias à sua exequibilidade.

Ainda no âmbito da formação, deve referir-se que os constrangimentos atuais impõem restrições à realização de ações de formação dentro do período letivo, ocorrendo terem de se realizar em período pós laboral ou até mesmo durante o fim de semana, impedindo deste modo os docentes do usufruto da vida familiar, um direito inegociável e fundamental para o equilíbrio afetivo, psicológico e emocional do profissional de educação. Urge, neste domínio, exigir igualmente a revisão desta norma, de modo a garantir o exercício de direitos fundamentais como o direito ao descanso de que a classe que representamos se tem vindo a ver expropriada, isto por supostas exigências associadas a pretensas necessidades do sistema educativo.

Uma questão de direitos

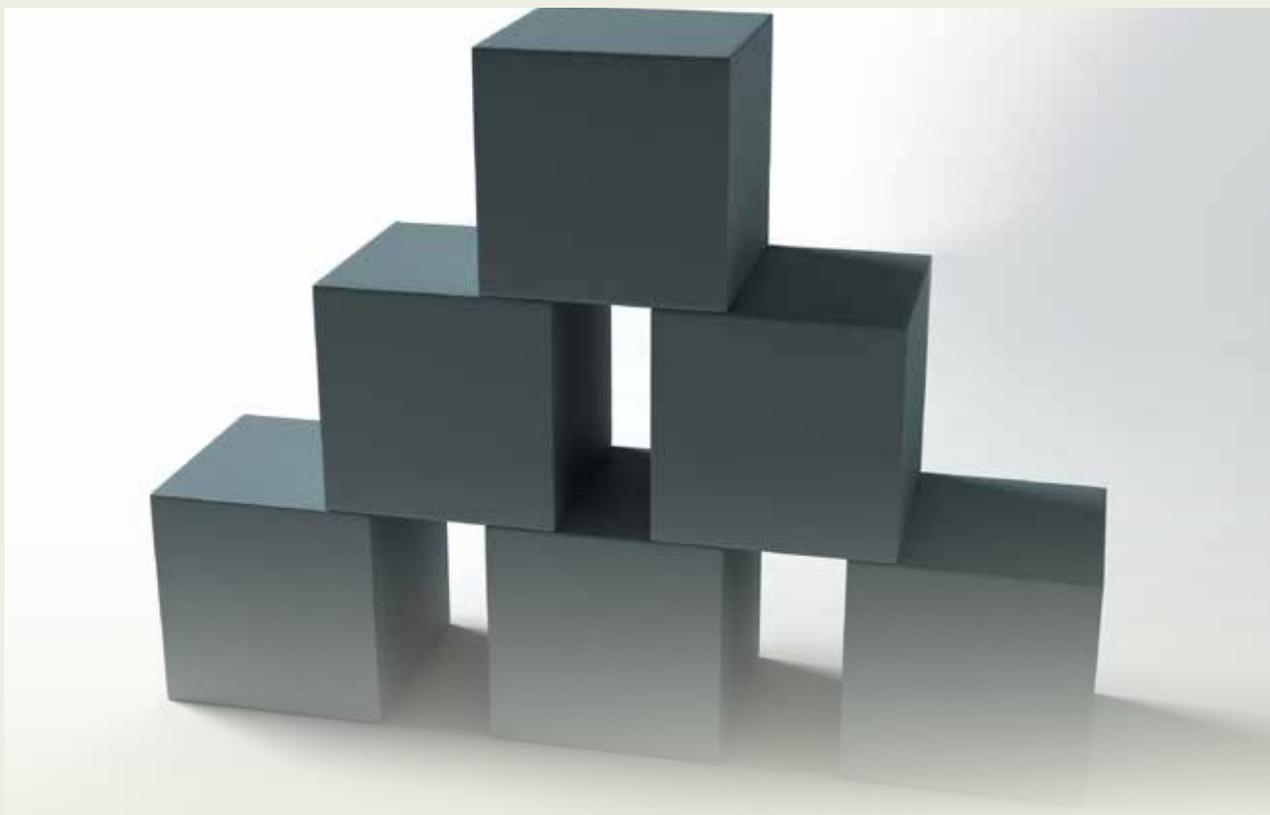
Os direitos fundamentais da pessoa humana, em todos os casos, constituem o reconhecimento da sua dignidade e valor e não admitem exceções, se não em casos limite e coletivamente aceites. Dada a situação atual relativa ao número de alunos por turma, em muitos casos complementados pela existência de mais que um aluno N.E.E. no seu seio (a sua profusão tem sido exponencial nos últimos anos), não se afigura sério afirmar que é possível uma atividade docente de qualidade, uma vez que o desenvolvimento de pedagogia diferenciada se torna claramente impossível de realizar, bem como o desenvolvimento de uma abordagem de controlo das aprendizagens mais eficiente. Os efeitos futuros desta situação atual serão especificamente difíceis de quantificar, mas genericamente

poder-se-á afirmar, sem violação grosseira da verdade, que estarão longe de corresponder às exigências que a dignidade humana impõe. Mais uma vez, é imperativo que se faça retroceder esta situação para os limites do razoável e não se invoquem constrangimentos orçamentais para justificar incumprimentos que reconhecemos serem violadores da mais elementar justiça, quando nos é dado testemunhar no quotidiano a alocação de verbas por parte do Estado para subsidiar entidades bancárias moribundas lançadas para o abismo financeiro por C.E.Os. e respetivos conselhos de administração regidamente remunerados, mas de valor científico e ético rasteiro, demasiado rasteiro. Vide os casos por todos conhecidos (BPN, BPP, BES, Banif), não deixando de, infelizmente, referir igualmente a Caixa Geral de Depósitos (CGD), que será alvo de uma operação de recapitalização no valor de 2,7 mil milhões de euros no que respeita aos fundos a serem injetados diretamente pelo Estado, de acordo com informação [avanzada](#) pelo jornal “Público” em finais de agosto do corrente ano. No total, a recapitalização do banco público atingirá 4,6 mil milhões de euros.

A somar a estas transferências de verbas do erário público para a banca, acrescente-se a proposta de remuneração obscena do próximo presidente da anteriormente referida instituição bancária, que atingirá o montante de 423 mil euros brutos anuais. Para agravar consideravelmente a situação, temos entre mãos um acréscimo de mais más notícias com a proposta de orçamento de Estado para o próximo ano fiscal. Assim, é natural que as condições de trabalho dos docentes regridam para eras aproximadamente [proterozóicas](#).

A solução para as diversas en-

tropias de que padece o sistema de ensino público português, algumas delas aqui elencadas, não são, contudo, solucionáveis com uma atitude de resignação, nem de desistência por parte dos docentes, de carreira ou contratados, exigindo redobrado empenho na luta contra os estrangulamentos conhecidos e outros vindouros. Uma atitude de compromisso para com os destinos do país não cabe dentro de uma lógica de opções imediatistas para a vida, numa atitude calculista de conveniências, uma vez que se joga por esta altura, como em todos os momentos, o nosso futuro coletivo, sendo a educação um dos pilares da conservação e da identidade de um povo. ■



Repor alguma justiça e equiparar todos os docentes

• **Pedro Nunes**

Dirigente do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo do SPGL

Quando penso no Concurso de Docentes lembro-me sempre de precariedade. Principalmente dos colegas que andam no sistema há vários anos, sempre de um lado para o outro e sem conseguirem ter estabilidade nas suas vidas que lhes permita “sonhar” com a normalidade.

Estes, sem dúvida, são os casos prioritários a resolver no sentido de integrá-los nos quadros. Daí ser justo que nos concursos externos anuais estes docentes

se encontrem na 1ª prioridade. Já no que respeita à 2ª prioridade destes concursos, nomeadamente em relação aos docentes do ensino particular e cooperativo, julgo que a mesma devia abranger todos os docentes do ensino particular e cooperativo e não apenas aqueles que lecionam ou lecionaram nas instituições com Contrato de Associação.

O atual Governo já deu conhecimento que pretende rever a legislação respeitante aos Concursos de professores e, a ocorrerem alterações às nor-

mas do Concurso de Docentes, considero que deve manter-se a possibilidade de acesso à 2ª prioridade por parte de todos os docentes do ensino particular e cooperativo, não só dos estabelecimentos com contratos de associação como das restantes instituições que fazem parte da rede educativa nacional e que são reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Estes professores, para exercerem a sua profissão, têm que apresentar os mesmos requisitos de habilitações que os professores do ensino público

como também estão sujeitos ao mesmo tipo de *regras* – programas de disciplinas, avaliação, correção de provas de exame, etc. – instituídas pelo Ministério da Educação. Logo devem estar em igualdade, pelo menos, com os restantes colegas da 2ª prioridade.

Para além disto, hoje em dia há uma grande disparidade nas condições socioprofissionais entre os docentes do ensino particular e cooperativo e os do ensino público, facto que evidencia a tremenda injustiça que seria uma alteração para pior das normas dos concursos em relação aos profissionais deste setor de ensino.

Senão vejamos:

- Enquanto os docentes do ensino particular e cooperativo têm horários letivos de 22 h que, em muitas instituições, chegam aos 1320 minutos, os colegas do público têm, como período de trabalho letivo, o tempo máximo de 1100 minutos;

- As horas letivas no ensino particular são, em muitos casos, de 60 minutos, enquanto que no ensino público correspondem a 45 ou 50 minutos;

- Para a componente não letiva de estabelecimento, os docentes do particular prestam 390 minutos mas os docentes do público têm estabelecida a prestação de 150 minutos;

- No ensino particular, contrariamente ao ensino público, os docentes nunca tiveram redução da carga letiva devido à idade;

- As tabelas salariais dos dois setores são tão díspares que as diferenças a menos, no ensino particular e cooperativo, começam nos 232€ e chegam até aos 991€;

- A carreira profissional do ensino particular é mais longa, ou seja, 37 anos *versus* os 34 anos do público;

- A pressão das entidades empregadoras no ensino particular

é constante;

- Os docentes do ensino particular não têm e nunca tiveram acesso a um sistema de saúde como a ADSE.

Perante tantas desvantagens que temos, não será entendível e muito menos correto que os docentes do ensino particular e cooperativo sejam ainda mais prejudicados numa eventual revisão das normas do Concurso de professores.

E, como disse anteriormente, considerar a 1ª primeira prioridade para os docentes do ensino público com horário completo e que estão no sistema continuamente há vários anos, com uma situação laboral precária e instável, é lógico e aceitável.

Todavia, relegar os docentes do ensino particular e cooperativo da 2ª para a 3ª prioridade, colocando-os num patamar equivalente a novos colegas que, para além da habilitação académica, pouca ou nenhuma experiência profissional têm, é por sua vez uma forma cega de marginalizar esses docentes. Supondo este cenário, poderíamos observar docentes do ensino particular com inúmeros anos de serviço e que, ao concorrerem, ficariam sempre atrás de docentes com pouco tempo de serviço no ensino público.

Pergunta-se, então, qual a valorização que se atribui ao trabalho reconhecido pelo Ministério da Educação e prestado por docentes que, ao longo dos anos e embora no ensino particular e cooperativo, sempre cumpriram as mesmas tarefas que os seus pares e em condições de trabalho mais adversas?

Seria até contrário ao sentido da própria Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, cujo artigo 11º refere que todos aqueles que exercem funções docentes neste setor de ensino devem ter os direitos e estar sujeitos aos mesmos deveres

emergentes da função docente. Convém no entanto referir que, contrariamente ao que às vezes assistimos nas discussões na praça pública - entenda-se rádio, televisão, redes sociais, blogs, fóruns -, não se pretende que os docentes do ensino público sejam prejudicados devido aos problemas que os seus colegas atravessam no ensino particular e cooperativo. Aliás, muitas das reivindicações dos professores do ensino público, consideramos justas e também as apoiamos porque, de igual modo, dizem respeito a problemas que nos atingem a todos como classe.

A questão em causa é outra. Trata-se de repor alguma justiça e pelo menos equiparar todos os docentes em alguns dos critérios de admissão ao Concurso de Docentes. ■

In medio virtus*

• João Maurício Abreu dos Santos

Dirigente do SPGL - Ensino Particular e Cooperativo

A experiência que tenho nos concursos de professores é ingénua, facto que ainda não me permite ter uma perceção curial sobre a matéria. Ouvimos e lemos muitas opiniões, mas, quando passamos pelo processo, sentimos que necessitamos de tempo, «esse grande escultor» [Marguerite Yourcenar], para entender as razões dos outros e, por comparação, as nossas. Desenvolver a capacidade de nos pormos no lugar dos outros acaba por ser um excelente exercício de inteligência emocional. Torna-nos pessoas melhores.

Pelo que pudemos ler nos *media*, os docentes colocados antes de as aulas iniciarem quase duplicou em relação ao ano letivo anterior, ou seja, parece ser opinião generalizada que a tempestade vivida no consulado de Crato deu lugar a uma bonança há muito desejada. Segundo os muitos colegas docentes com quem fui conversando, tal mudança deveu-se à extinção das Bolsas de Contratação de Escola que, no concurso de 2015, preencheram cerca de 3000 lugares, este ano absorvidos pelo concurso inicial. Creio que todos nos lembramos de, em pleno outubro de 2014, os telejornais abrirem as suas edições com relatos de um mesmo professor, em registo de ubiquidade compulsiva, ter sido colocado em 75 horários, a maior parte dos quais anuais (até 31 de agosto) e completos (com 25 horas, no caso do 1.º Ciclo), mesmo já não se encontrando em concurso. Um imbróglgio triste, igual a tantos outros imbróglgios tristes, que apenas refletiu a forma incompetente e vil como um

ministro, que também era professor, liderou um Ministério que um dia confessou querer «implodir». Foi o pior ministro da Educação que o nosso país teve. Face a esta hecatombe, posso garantir-vos que a minha experiência foi a de uma sensação de ataraxia. Não sei ainda se fugaz ou permanente, mas certamente serena. Relato, portanto, este meu início no Ensino Público como uma boa experiência. Tive a felicidade de ter sido colocado numa escola, no centro de Lisboa, num ambiente e orgânica que me entusiasma, sobretudo porque tenho, quando faço o exercício fácil de comparação, realidades e indicadores totalmente diferentes: o volume e a filosofia de trabalho, a distinção lúcida entre *exigência* e *intransigência*, o trato, o respeitar para poder ser respeitado, o dar e o receber, o profissionalismo e o caciquismo, a visão e a natureza financeiras da Educação, o propósito ético, a honestidade e o seu antónimo perfeito, a virtude e o vício, o altruísmo e a egolatria. *Primum vivere deinde philosophari*.

Ainda sem a lucidez que eu desejaria, acredito que os docentes - seja para o Quadro de Agrupamento de Escolas, para o Quadro de Zona Pedagógica ou como Contratados - devem ser selecionados em função de critérios definidos a nível nacional e que o concurso nacional deve ser gerido pela mesma e única entidade, o Ministério da Educação. Concorro com a extinção da denominada norma-travão, ou seja, discordo da existência de um número mínimo de contratos (completos sucessivos) para o acesso de docentes contratados aos quadros.

Se os professores são necessários nas escolas, criem-se condições para uma estabilidade laboral, crie-se o vínculo que a Lei prevê. E, depois de terem concorrido, e em momentos precisos, todos os docentes devem poder mudar as suas preferências de concurso. Tenho dúvidas em relação às reconduções dos docentes contratados pelos diretores das escolas, mas parece-me que esta recondução poderá ser tendencialmente subversiva, pondo em causa a objetividade e transparência que um concurso merece. É absolutamente necessário que apreendamos, todos, a noção de Estado de Direito, em que a Justiça vigora. Sou da opinião que a avaliação de desempenho de docentes, num conjunto de trâmites processuais a definir por todos os interlocutores, deve influenciar de algum modo a graduação profissional. Tenho muitas dúvidas sobre um mundo que agora começo a conhecer e as diferenças em relação ao universo de onde venho — o Ensino Particular e Cooperativo — são abismais. Nesta odisseia que é a Educação, cabe-nos a todos procurar consensos, convocar o respeito entre pares, defender um equilíbrio há muito perdido, entender as diferenças que existem entre os vários intervenientes, sobretudo entre alguns intervenientes para quem, maquiavelicamente, «os fins justificam os meios». Nem tudo vale. Não podemos, nem devemos, menosprezar a argúcia de alguns estratégias, sob pena de, por incúria, sermos ludibriados. Confiar, mas desconfiando. Sempre num registo de conciliadores. *In medio virtus*. ■

A Justiça tarda e falha

• **Sílvia Timóteo**

Dirigente do SPGLI

Quando me pediram para escrever um texto sobre as expectativas que tenho em relação ao próximo concurso de professores, enquanto **professora contratada há duas décadas**, a primeira e única palavra que me veio à mente foi **INJUSTIÇA**.

E, para que essa injustiça seja reparada, é urgente rever e alterar alguns aspetos do **regime legal dos concursos**. Espero que esta equipa ministerial, que eliminou a famigerada **Bolsa de Contratação de Escola (BCE)**, que mais não era que um fator de criação de desigualdade e desrespeito pela graduação profissional e que permitiu, ao longo de vários anos, que muitos docentes com mais anos de serviço fossem ultrapassados por colegas menos graduados e, ainda, que alguns desses conseguissem as renovações suficientes para vincularem através da norma-travão, espero, dizia eu, que os professores contratados sejam, finalmente, tratados com a justiça e o respeito que merecem.

Para que isso aconteça, é imprescindível que também a “**norma travão**” e o **sistema de renovações** tenham o mesmo destino que a BCE. O primeiro pelos motivos que enunciei acima, e o segundo por se tratar de um sistema baseado na aleatoriedade (haver ou não numa determinada escola ou agrupamento de escolas ho-

rário completo no próximo ano letivo), ou nos conhecimentos e amizades. Nas duas situações, a graduação profissional ou o mérito do docente não são tidos em consideração.

É, por isso, urgente que se crie um sistema de **vinculação dos professores contratados**, assente exclusivamente numa lista única organizada em função da **graduação profissional**. Esta entrada, mais do que justa, de professores que aguardam há muitos anos por um lugar no Quadro, é um **direito** de acordo com as **exigências da Diretiva Comunitária**, e iria igualmente contribuir para atenuar o **envelhecimento do corpo docente** (40% dos professores portugueses têm mais de 50 anos e apenas 0,4% possuem idade inferior a 30 anos), situação que se tem agravado nos últimos anos.

Assim, não é aceitável que as escolas continuem a pedir, durante anos consecutivos, professores para os mesmos grupos de recrutamento e que essa necessidade não se transforme na **abertura de vagas de Quadro**. O argumento utilizado pelo Ministério que os professores contratados representam uma “**necessidade temporária**” é falacioso e só quem não conhece a realidade das escolas portuguesas pode defender tal opinião. Proponho o seguinte exercício mental: suponhamos que todos os professores contratados abandonavam o sistema de ensino. Qual seria o resultado?

As escolas parariam, os alunos ficariam sem professores, porque os docentes do Quadro não são suficientes para a manutenção do sistema. Aliás, tal foi comprovado quando, no tempo do Ministro Nuno Crato, houve um atraso no resultado das contratações dos professores contratados. O caos instalou-se por todo o país. Para além disso, como podem professores contratados, como eu, que durante 20 ou (alguns) mais anos têm lecionado ininterruptamente, serem apelidados de “necessidades temporárias” quando são, na realidade, uma **necessidade permanente**. A verdadeira razão por que o Ministério não abre vagas de Quadro prende-se apenas com questões **economicistas**. Eis a verdade nua e crua: **É mais barato recorrer à mão de obra dos professores contratados que fazem o mesmo serviço e por menos dinheiro**.

Em suma, para que haja uma **verdadeira mudança do paradigma atual**, é preciso que, no próximo processo de negociação entre os sindicatos e a Ministério, as reivindicações dos professores contratados sejam encaradas por parte da tutela com a seriedade e o respeito que merecem, de forma a acabar de vez com a **precariedade destes docentes** e a garantir-lhes um **futuro profissional digno**. E, do nosso lado, caros colegas, não nos esqueçamos que nada se conquista sem **luta**. ■



O Deutsche Bank e a crise do euro

Joaquim Jorge Veiguinha

O famoso *Deutsche Bank*, suprassumo do ‘rigor’ financeiro alemão, atravessa atualmente uma crise profunda. O seu capital registou uma desvalorização na Bolsa de valores de mais de 50% desde o início do ano. A isto acrescenta-se a multa de 14 mil milhões de euros que o mastodonte alemão foi condenado a pagar às autoridades norte-americanas pelo seu envolvimento na crise financeira de 2007/2008, em que se aproveitou da boa-fé dos investidores para lhes vender obrigações hipotecárias que sabia de antemão que perderiam todo o seu valor. Foram também detetados indícios de contabilidade fraudulenta em empréstimos a outros bancos e instituições financeiras para ocultar perdas registadas nas contas como investimentos em derivados. Apesar de se prever um acordo de redução da multa do banco alemão às autoridades norte-americanas – o novo valor previsto poderá baixar para 5 mil milhões de euros – estes acontecimentos fazem cair o mito do rigor do sistema financeiro alemão, até há bem pouco tempo considerado como exemplo a seguir pelo resto da Europa e, particularmente, pelos ‘despesistas irresponsáveis’ do Sul. Afinal, os ‘sóbrios’ protestantes teutónicos já não fazem justiça a Max Weber, pois trocaram a ética da poupança e do investimento como fonte da acumulação de capital pelas águas turvas da especulação financeira. Eis como os seus defensores perdem toda a legitimidade para se arvorarem em pala-

dinos do rigor e da austeridade financeira que exigem que seja aplicada aos outros. O caso é mais grave pois contribuiu para revelar a verdadeira natureza da crise do euro. Esta não teve a sua origem no endividamento público dos países do Sul da Europa, mas numa crise bancária que teve o seu centro nos países do Norte e do Centro inundados por ativos tóxicos provenientes da crise norte-americana das *subprime*. Os bancos que foram intervencionados estiveram na origem do aumento da dívida pública sustentada pelos contribuintes europeus, em particular, pelos dos países do Sul, com uma dívida externa elevada. Os títulos de dívida pública detidos por investidores alemães contribuíram para financiar a irresponsabilidade financeira dos que se apresentavam como símbolos da virtude da parcimónia. Em contrapartida, países do Sul, como Portugal, viram os seus títulos desvalorizarem-se e serem cotados como lixo, sendo sujeitos a políticas de austeridade que contribuíram para o seu empobrecimento e o aumento exponencial da dívida pública. Certamente que a sua debilidade económica e o seu modelo de desenvolvimento assente na desindustrialização e nos serviços de baixo valor acrescentado contribuíram para a situação a que chegaram. No entanto, os sóbrios protestantes teutónicos encorajaram este modelo, que lhes permitiu mercados seguros para a exportação dos produtos das suas indústrias e sol praias para o veraneio turístico dos seus concidadãos. Para os outros, restam os cortes na saúde, na educação, nas aposentações,

esses ‘luxos’ indignos dos gastadores e depredadores do Sul e a que só os eleitos do Norte têm direito em virtude de uma ‘exemplar conduta’ que, no entanto, acabou por revelar a sua verdadeira face. O *Deutsche Bank* representa nada mais nada menos do que 20 vezes a economia alemã, o que reflete a dimensão da bolha financeira que submerge não apenas a Alemanha, mas os principais países desenvolvidos. A frágil arquitetura do euro, com os seus diferenciais de taxas de juro e enormes assimetrias socioeconómicas, contribuiu para potenciar esta crise. Se o gigante alemão cair, como aconteceu com o norte-americano Lehman Brothers que esteve na origem do desencadeamento da crise das *subprime*, a moeda única europeia, colosso com pés de barro, não resistirá. Inicialmente, representantes do governo alemão afirmaram que não interviriam, deixando o banco falir, tal como aconteceu com o seu homólogo norte-americano. Mas isto seria legitimar o desastre e a implosão da Europa, o que revela desde logo a irresponsabilidade suicidária destes personagens que já por duas vezes na História deixaram o velho continente à beira do abismo. Declarações mais recentes, negadas porém pelo Ministério de *Herr Doktor* Schäuble, apontam para uma intervenção com o objetivo de recapitalizar a instituição, com o Estado alemão a entrar com 25% do capital, e fundi-la com o Commerzbank, de que este detém 15%. A Europa suspensa, com a morte na alma, aguarda expectante as cenas dos próximos episódios desta novela trágica. ■

Rede de Bibliotecas Escolares, 20 anos Tempo de celebrar e refletir



A Rede de Bibliotecas Escolares tem 20 anos de vida. E está de parabéns. Em 1997 havia 164 bibliotecas escolares, atualmente há 2.426. Os números – também – falam por si.

Para assinalar a efeméride, teve lugar na Gulbenkian, dia 14 de outubro, o “Fórum XX anos”⁽¹⁾, que abarcou múltiplos temas e contou com a participação de responsáveis da Rede, gente que trabalha no terreno, especialistas na temática, personalidades envolvidas de algum modo neste processo. E, ainda, uma comunicação do Presidente da República. E a preciosa intervenção de alguns alunos.

Deste longo e rico dia de trabalhos, aqui deixamos breves notas de reportagem. Naturalmente enformadas por escolhas. Que, como os bibliotecários bem sabem, todos temos que fazer.

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues
Jornalistas

“**T**endo consciência da complexidade dos tempos que vivemos”, num universo cada vez mais digitalizado e imaterializado, “a rede de bibliotecas escolares continuará, determinada e empenhada, a encontrar respostas aos permanentes desafios que se colocam. Como sejam: formar leitores, nesta sociedade dominada pela tecnologia; fomentar a curiosidade e o gosto pela descoberta;

formar alunos capazes de gerir toda a informação a que têm acesso, de forma crítica, pondo-a ao serviço do seu desenvolvimento; proporcionar aos alunos situações de aprendizagem autêntica, ligada aos problemas reais, induzindo a formação de atitudes e valores”. São palavras de Manuela Pargana Silva, coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares, pronunciadas no início dos trabalhos do Fórum e que indicam quais as perspetivas da RBÉ.

Tal como no início, no encerramento dos trabalhos muitas coisas significativas foram ditas. Limitamo-nos a referir algumas ideias aí expressas.

A leitura por prazer e a descolarização do livro foram itens sublinhados por Fernando Pinto do Amaral, comissário do Plano Nacional de Leitura, que considerou que é a biblioteca escolar que “faz a ponte entre as duas coisas”. Destacou ainda a ideia de que “a educação da biblioteca também representa qualquer coisa que é gratuito. Gratuito porque não se paga. Mas também a ideia de gratuito, porque o utilitarismo excessivo e de que tudo serve para alguma coisa, deve ser combatida”. Lembrando que neste momento se assinalam também os 7 anos do Estatuto do professor bibliotecário, João Cos-

ta, Secretário de Estado da Educação, referiu alguns desafios: promoção de novas literacias, a biblioteca como espaço de inclusão, prever o lugar da biblioteca no currículo, reintrodução de desenvolvimento de competências de cidadania, literacia de adultos, programas de literacia familiar, as bibliotecas como espaços de acesso aberto e de promoção de formas de avaliação diferentes. E, em particular, as bibliotecas como “instrumento para a promoção da cultura humanista – que dá sentido ao conhecimento científico”.

“A sabedoria é conhecimento mais valores”

“Os bibliotecários fazem mais que gerir bibliotecas, eles defendem valores”, sublinhou Ismail Serageldin, diretor da Biblioteca de Alexandria, na conferência “Libraries for tomorrow”.

“O meu credo é: toda a informação, para todas as pessoas, todo o tempo”, afirmou, acrescentando que “pela primeira vez temos a tecnologia para o fazer”.

Para Ismail Serageldin, o casamento da Internet e dos telemóveis e os programas de digitalização massiva, puseram o conhecimento do mundo ao alcance de todos. Paralelamente, testemunhamos muitos desafios à ordem mundial prevalecente e à ordem social aceite em muitos países.

“Conhecimento é mais do que informação”, afirmou, desenvolvendo: “dados organizados tornam-se informação e explicados e entendidos tornam-se conhecimento”. “Mas precisamos de mais, precisamos de sabedoria”, defendeu, e “a sabedoria não vem simplesmente da acumulação de conhecimento”, “a sabedoria é conhecimento mais valores”.

Enfrentamos o desafio da explosão de informação e “fazemos isto com novas máquinas e novos modos de pensar”. Há também “uma profunda transformação no modo como lidamos com o conhecimento”. Nomeadamente, como organizamos o conhecimento. A Internet é o novo meio, onde a informação é armazenada, é encontrada, “e na sua própria estrutura é uma estrutura viva, em mudança”. Também, “os homens

precisarão de máquinas em quase todas as áreas de conhecimento”, “estamos a construir máquinas cada vez mais inteligentes”. E estamos cercados por extraordinária complexidade, que requer novas ciências.

Assim, “todas as instituições de conhecimento têm de mudar”, nomeadamente as bibliotecas. Estas devem “criar leitores competentes, pensadores críticos e cidadãos ativos”.

Precisamos de 4 tipos de espaços nas bibliotecas do amanhã: um espaço criativo e de *bagunça*; um espaço para trabalhos de grupo, para os estudantes; os espaços sossegados, para investigação; espaços comunitários, porque a biblioteca deve permanecer no coração da comunidade.

As bibliotecas devem estar “no centro da promoção de valores cívicos”. Abertura ao conhecimento, pluralismo e partilha, cuidado, pensamento crítico - “somos os guardiões destes valores”. Ismail Serageldin rematou com dois exemplos: a oposição das bibliotecas nos EUA a elementos do PATRIOT Act. E o modo como a Biblioteca de Alexandria foi defendida pelos manifestantes na revolução Árabe.

Entre o lançar e o construir rede

“Há um bem, uma felicidade, um ganho, um poder, que vem” da capacidade de ler, “que não tem paralelo” – é “um valor absolutamente essencial”. Palavras de Teresa Calçada, coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares (1996-2013). E que, de certo modo, sintetizam o porquê de um projeto – de sucesso – com 20 anos e muito caminho para andar.

A inspiração veio – porque é preciso “trabalhar com quem sabe” - da Rede de Leitura Pública, começou por salientar Isabel Alçada, membro do Grupo de Trabalho Lançar a Rede (1995-1996).

E assim se implementou um modelo simultaneamente com “eixos bem definidos” e “aberto e flexível”. Com uma estratégia assente – na partilha, confiança e envolvimento; na qualidade; em rede. No centro de todo o trabalho que se desenvolve – os alunos.

Os recursos disponibilizados, amplian-

do as possibilidades de escolha dos professores, alteram – nas palavras de Isabel Alçada – o “paradigma da educação”. E contribuem para descobrir o prazer de ler, de “mergulhar num mundo alternativo”.

O nome do projeto, “Lançar a rede”, nada tem de fortuito. “A rede é o conjunto das pessoas que trabalharam e se esforçaram e tinham experiência e se formaram e que colaboraram. E foram acreditando que se fazia melhor no nosso país – para a educação e para o próprio país – tendo bibliotecas. Com a inspiração que nos veio das públicas e com a inspiração que nos vem também das escolares”, salientou Teresa Calçada. E referiu a importância decisiva das parcerias, das diferentes formas de colaboração e cooperação, do voluntariado.

Lançada a rede, o que está em causa é construí-la. E é isso que se faz com os atores do dia-a-dia. De que algumas vozes se fizeram ouvir no Fórum. Desde bibliotecários a coordenadores concelhios, parceiros como a Pordata, ou a representante do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.

Todos valorizaram a importância decisiva da rede. Nas suas diferentes vertentes e *nós*. No construir de vínculos e pontes entre parceiros. No cuidado – essencial – com o alimentar das relações humanas.

Ou, ainda, o papel dos coordenadores concelhios, mediadores das orientações do Gabinete da RBE, que diariamente trabalham no terreno, interagem com a vida que pulsa nas escolas. “Somos interlocutores ideais para, juntamente com as escolas, ajudar diretores, professores bibliotecários, professores, a implementar novas formas de trabalho. (...) Ser catalisadores de mudança”, disse Raquel Ramos, coordenadora Interconcelhia das Bibliotecas Escolares. A importância dos mais de 1000 professores bibliotecários, que transformaram a biblioteca de um espaço morto num “espaço híbrido, onde é fácil o conhecimento acontecer, onde é fácil a aprendizagem ter lugar”, foi destacada pelo professor bibliotecário Rui Mateus. “Tem lá todos os recursos que fazem daquele lugar um espaço mágico”. Isabel Mendinhos, do Gabinete da

Rede de Bibliotecas Escolares, valorizou, em particular, o quadro de orientações “que define qual é o nosso papel, o que é que se espera de nós e para onde é que queremos ir”. E um quadro estratégico “que nos dá essa visão”⁽²⁾. E de que destacou um dos pontos: “a biblioteca como lugar de encontros e intersecções”. Intersecções “entre as capacidades, a cultura dos alunos que nos chegam e as competências que queremos que eles desenvolvam; intersecções entre a aprendizagem formal e informal; entre os saberes que estão espalhados e divididos entre as diferentes disciplinas”.

O Futuro Aqui

No Painele “O Futuro Aqui”, o escritor e humorista Ricardo Araújo Pereira deu a palavra a Raquel Chaves (6º ano, EB Castro Daire), Gonçalo Félix (7º ano, EB Mário Beirão, Beja), José Gonçalo Dinis (12º ano, ES Filipa de Vilhena, Porto), João Couraceiro (12º ano, ES Clara de Resende, Porto), Mariana Carvalho (1º ano de Ciências da Comunicação, ex-aluna da ES Leal da Câmara, Sintra) e Carolina Rainho (1º ano de Belas Artes, ex-aluna da ES Solano de Abreu, Abrantes).

Depois de uma breve introdução-provacação sobre “os malefícios da leitura”, como “as noites sem dormir”, os participantes abordaram as suas experiências nas bibliotecas escolares. Para Raquel Chaves “é engraçado, porque a biblioteca não é só um espaço para se ler e estar em contacto com os livros, mas é também um espaço para conviver, para estudar, para estar nos computadores, para fazer trabalhos, é um espaço um pouco para tudo”. José Gonçalo Dinis destacou ser um local “onde tenho pessoas que me podem ajudar com os meus trabalhos, ou também outras atividades, como p.e. onde posso expressar a minha forma de escrita”. Gonçalo Félix lembrou, com ironia, que “para além daquilo para que nós todos a usamos, também vou para mais perto da biblioteca para ter mais Net no telemóvel”. Para João Couraceiro a biblioteca “é um local onde podemos fazer a diferença na nossa escola, porque há sempre novas ideias a de-

bater, há sempre novos projetos sobre os quais nos podemos debruçar”. Mariana Carvalho salientou os “imensos projetos” da sua antiga biblioteca, com destaque para o clube de leitura e a ida de escritores à escola, preparada pelos alunos, e considerou que “hoje em dia a biblioteca não é só um lugar onde está a informação que nós podemos ir buscar para os nossos trabalhos, mas é também um lugar onde podemos estar em comunidade e onde estamos integrados”. Carolina Rainho destacou a ajuda constante recebida e como “mais do que um espaço para ler, mais do que um espaço para estudar, a biblioteca é mesmo um espaço de família”.

Das experiências de leitura e o modo como essas experiências marcam surgiram as referências às histórias lidas pelas mães, a associação ao gosto pela escrita e a livros marcantes como “O Diário de Anne Frank” referido por Carolina Rainho. “Ler permite-nos sonhar e dar largas à imaginação e isso é fantástico”, concluiu João Couraceiro.

Em defesa das bibliotecas

Bibliotecas. Bibliotecários. Uma longa história, crises de identidade, mudanças profundas. Que futuros possíveis? Estas – em linhas gerais – as temáticas abordadas, de diferentes óticas e em diferentes tempos do Fórum, por Daniel Innerarity, catedrático de filosofia política e social, diretor do Instituto Gobernanza Democrática, e Alberto Manguel, escritor e diretor da Biblioteca Nacional da República Argentina. “A democracia do futuro está ligada à nossa capacidade de promover o saber”. Partindo desta premissa, Daniel Innerarity sublinhou, que “o apoio à cultura e instituições ligadas ao saber diz muito dos nossos valores. Porque o conhecimento contém as respostas mais decisivas aos principais desafios pessoais e coletivos”.

É neste quadro que se insere o papel de bibliotecas e bibliotecários. Instituições vivas, cujas funções foram mudando ao longo do tempo. Mantendo-se entretanto – quando se fala em cultura escrita – três preocupações fundamentais: a perda, a degradação e o excesso. De diferentes formas, “A bibliote-

ca introduz os livros num espaço que permite salvá-los. Aproximá-los, tanto quanto possível, da imortalidade. Daí terem sido assimilados a santuários, a templos”. Esta – necessária – preservação, numa sociedade em que “a presença da escrita é tanta que ultrapassa a capacidade de conservação”, coloca um problema de excesso. O que implica a redução qualitativa, pela elaboração de instrumentos capazes de ponderar, classificar, hierarquizar. Ou seja: fazer escolhas.

Em síntese, os “bibliotecários protegem os livros e protegem-nos da sua excessiva quantidade”.

Numa apresentação, em jeito de entrevista-diálogo, do seu novo livro “Biblioteca à noite”, Alberto Manguel lembrou, em particular, que “o amor pelas bibliotecas – como todo o amor – tem que se aprender. E o amor às bibliotecas só se pode ensinar com o exemplo. Com a paixão do bibliotecário. Com a paixão do professor ou da professora”. Frisou ainda que “a biblioteca – sobretudo a biblioteca escolar – tem que ser absolutamente livre.” Porque o que está em causa é, por exemplo, saber questionar. O que leva a considerar a leitura – numa sociedade de consumo – como uma atividade subversiva. Para ter consumidores, tal sociedade precisa de “cidadãos que não façam perguntas”.

Paradoxalmente, ou talvez não, Manguel lembrou que “qualquer biblioteca é sempre uma biblioteca de censura”. Pois “qualquer seleção necessariamente deixa de lado o que não inclui”. O que em nada contraria o objetivo central de tornar os livros (sob qualquer forma ou suporte) acessíveis a todos. Pensando na Biblioteca Nacional da Argentina, Manguel é claro: “Eu quero que a biblioteca – que é uma biblioteca nacional – seja um lugar que assessora a memória da sociedade. E que incrementa, da forma mais simples possível, o acesso a todos”. ■

(1) http://media.wix.com/ugd/bb6676_ba32972c57d24614b0be-ff57bbd2d909.pdf

(2) http://www.rbe.mec.pt/np4/publicacoes_rbe/

Carta Reivindicativa do 1º Ciclo do Ensino Básico

Manuel micaelo
Dirigente do SPGL

Porque, ao longo dos últimos anos, o 1º Ciclo do Ensino Básico tem vindo a ser progressivamente descaracterizado na sua organização e identidade e os professores continuamente discriminados e prejudicados nas suas aspirações;

Porque as condições de organização e funcionamento do 1º CEB se agravaram nos últimos anos com consequências negativas para o exercício profissional da docência e para as aprendizagens dos alunos;

Porque é necessário (é urgente!) encontrar soluções para os (muitos!) problemas que afetam este sector de ensino;

Porque precisamos de promover, dignificar e valorizar o setor e a profissão, a Coordenação Nacional do 1º CEB elaborou uma Carta reivindicativa do 1º CEB contendo um conjunto de medidas que importa ver acauteladas em sede de negociação com a Administração Educativa, no quadro de uma reorganização urgente do 1º Ciclo.

Essa Carta reivindicativa, em conjunto com um abaixo-assinado exigindo respeito pelo 1º CEB, foi entregue ao Ministério da Educação no início de Setembro.

Para dar conhecimento destas preocupações e apresentar propostas para a resolução dos problemas existentes



neste setor, reunimos com Grupos Parlamentares (só fomos recebidos pelo BE, PCP, PEV e CDS) solicitando apoio na resolução destes problemas.

Lançámos um *Inquérito* pedindo aos docentes do 1º CEB que identifiquem as suas principais preocupações, ordenando-as, e que declarem o que estarão dispostos a fazer para pressionar o Governo a resolver estes problemas.

Como o ME não quer resolver a ilegalidade de os professores do 1.º CEB não terem as pausas entre períodos

letivos (intervalo da manhã e/ou da tarde) integradas na sua componente letiva, o SPGL, bem como outros sindicatos da FENPROF, entregou, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, uma ação judicial contra o ME para repor os intervalos do 1º CEB na componente letiva dos docentes.

É necessário encontrar rapidamente respostas que melhorem as condições de trabalho dos docentes e obter resultados práticos, porque esta situação é insustentável. ■

Ensino do Português, chave de inclusão

“Ensino do Português, chave de inclusão”, é o nome do projeto implementado pelo SPGL, como forma de apoio aos refugiados que vão chegando à área de Lisboa. Para já, apenas algumas centenas. Chave de inclusão “nossa e deles. Pois, no fundo, somos todos refugiados”, como faz questão de sublinhar Ana Gaspar, com quem tivemos um breve conversa sobre o porquê deste projeto, como começou, como se desenvolveu. Uma primeira abordagem de um tema a que iremos dar continuidade nas páginas da EI.



Foto: morguefiletrephotos

Tudo começou a partir do compromisso da Câmara de Lisboa de acolher refugiados, com as responsabilidades inerentes a tal compromisso. Assim, em reunião formal com uma equipa dedicada à educação, o SPGL esteve presente, representado pro Ana Gaspar. “Imediatamente fiz contatos com a ESE de Lisboa, com a associação de refugiados, que se juntaram a nós”. Para implementar aulas de Português para os refugiados. “Aulas formais e informais”.

O processo – iniciado no passado ano letivo – “desenvolveu-se de uma maneira informal e simples, com aulas de português a um grupo de refugiados, uma vez por semana”, nas instalações do SPGL. “Agora com duas equipas de professores. Mas começou com uma equipa – do Paulo Franco e minha”. Para os refugiados o aprendizado inicia-se nas instalações do Lumiar, onde são, numa primeira fase, acolhidos. “Aí têm um mês de aulas de Português. Depois veem para as nossas aulas. E,

a seguir, a ideia é serem direcionados para o Instituto de Formação Profissional, onde farão um curso de Português que será acreditado – para terem uma habilitação”.

A organização das equipas de professoras foi feita com particular cuidado. “Tivemos muito trabalho, antes de começar as aulas”, frisa Ana Gaspar. Estão em causa pessoas que viveram – e vivem – situações particularmente difíceis e dramáticas. “Tivemos de nos informar com quem já passou por tudo isto, para perceber como é que agimos”.

Assim, juntaram-se voluntários, “professores com experiência do português para estrangeiros ou professores de línguas”. Experiência a que há que necessariamente acrescentar sensibilidade e uma “latitude de pensamento muito grande”.

“A adaptação foi natural. Penso que se entrou na pele uns dos outros. Eles neste momento sabem que a velha professora Ana Gaspar anda talvez um pouco menos vestida que eles estão habitua-

dos. E a velha professora Ana Gaspar habituou-se também a que alguns deles vão depois rezar para a mesquita. E está tudo certo”.

As perspetivas são “um trabalho sério da nossa parte. E que se consiga desenvolver mais – no sentido de lhes abrir mais perspetivas de futuro. Mas isso não depende de nós. Nós estamos apenas a fazer esta fase de transição”.

E qual a opinião dos alunos refugiados? “Estão a gostar muito. Porque temos um caráter de simplicidade muito grande entre nós”.

Ana Gaspar salienta - “Eles estão de facto a aprender Português. Estão ansiosos por aprender Português. Veem de países diferentes – tão diferentes como a Síria, a Eritreia – e desenvolvem diferentes estratégias de aprendizagem”. E conclui - “como eles não são muitos e nós somos sempre dois em aula, conseguimos fazer aquilo que almejamos mas não podemos noutros sítios – que é o ensino individualizado”. ■

Orçamento de Estado para 2017

A maldição da página 40!

António Nabarrete

Tesoureiro e membro da Comissão Executiva do SPGL

Eis senão quando, numa curva apertada do pedregoso caminho que nos liga (desliga) à burocrática Bruxelas, salta da cartola da direita portuguesa, e dos seus congéneres da Comissão Europeia, um *saldo estrutural* sem embrulho adequado.

Entendamo-nos. O Relatório do Orçamento para 2017 reforça a tendência (moda? tique de aldrabão? necessidade inadiável?) para a falta de coerência técnica, sonegação de informação, comparações estatísticas espúrias, entre outras preciosidades a que vimos assistindo de forma cada vez mais despudorada desde o início deste século e que são motivadas essencialmente pelo exercício de *vodu* em que se transformou a construção da proposta orçamental de cada país devido às exigências de Bruxelas. Mas um *saldo estrutural* mal embrulhado? Por amor de Deus! Ou do Diabo, o grande comparsa de Passos Coelho! O *saldo estrutural* já foi objecto de “avistamentos”? Como se pode contestar o seu embrulho se ninguém conhece a sua forma real?

Vamos tentar alinhar algumas ideias que possam fazer um pouco de luz acerca dessa perigosa *geringonça* teórica (cuja aplicação prática tem efeitos devastadores sobre os cidadãos da União Europeia, especialmente os que vivem nos países mais periféricos do sul) em que se transformou o economês de Bruxelas. O seu nascimento e sucessiva “especialização” assentam numa realidade simples. A União Europeia caminhou para a União Económica e Monetária no início deste século como contrapartida à Unificação Alemã. Os alemães abdicaram do marco com a

garantia de que o euro se viria a transformar numa moeda forte que permitisse taxas de juro baixas e uma concomitante baixa inflação. Ninguém se importou absolutamente nada com o facto, entre outros, de não haver harmonização fiscal entre os países do euro, não haver um esquema de transferências financeiras significativas, via orçamento da União Europeia, para as regiões (e países) mais deprimidas economicamente e não haver uma mutualização da dívida no novo espaço da União Económica e Monetária. Em suma, ninguém se preocupou com facto de nenhuma das cinco condições consideradas fundamentais por toda a teoria económica do século XX, para construir e manter em funcionamento saudável uma união económica e monetária, se estar a verificar aquando da sua criação no seio da União Europeia. Estiveram-se todos “nas tintas” para os choques assimétricos brutais que iriam conduzir, como veio a acontecer, ao empobrecimento e anomia económica, com aumentos brutais da dívida pública e privada devido ao crédito barato, dos países periféricos da zona euro. Mas os grandes predadores europeus, com os alemães à cabeça, não se esqueceram de inventar algumas condições que pudessem garantir a solidez da moeda única, mesmo que isso aprofundasse ainda mais o empobrecimento generalizado das populações dos países economicamente mais vulneráveis, como Portugal. Assim, entre outras coisas, impuseram que a dívida pública de cada país não pudesse ultrapassar os 60% do PIB respectivo, e que o seu défice anual não pudesse ir para além dos 3%. O tal PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento)! Ficaram entretanto com um problema. Se um determinado país conseguisse, anos a fio, um défice orçamental ligeiramente abaixo dos 3%

estaria a cumprir este critério fundamental para evitar as sanções do Pacto de Estabilidade, mas a sua dívida iria aumentar inexoravelmente sem fim à vista. E com a dívida não se pode ter a mesma atitude do que com o défice. Mesmo matando à fome toda a sua população, nenhum país consegue, de um ano para o outro, nem mesmo de uma década para a outra, reduzir uma dívida de 120% ou 130% do seu PIB para os 60% previstos no Pacto de Estabilidade. É coisa praticamente impossível, ou trabalho aturado para um século ou dois! Assim, os predadores do centro e norte da Europa, que não se importam nada com as elevadas dívidas dos países do sul do continente porque lucram com elas, precisavam apenas de encontrar um mecanismo que deixasse estes países atados aos elevados pagamentos dos seus serviços de dívida pública.

O escabroso mundo das variáveis estruturais

Chegamos assim ao reino da ignomínia e da tralfulhice calvinista no seu melhor! Como não se pode reduzir uma dívida, como a portuguesa, que não se consegue afastar há anos dos 130% do PIB, é necessário criar condições para que o seu monstruoso serviço seja pago sem falhas aos credores. Tal como relativamente a outros países em condições semelhantes. Assim, a burocracia de Bruxelas construiu uma *geringonça* teórica (esta sim perigosa e vergonhosa!) que permite exigir, à vontade do freguês, que um país com dívida elevada, mas que consiga ter um défice anual abaixo de 3%, se mantenha debaixo de fogo das autoridades europeias. Falamos de “entes mitológicos” como o *PIB potencial*, a *receita estrutural*, a *despesa estrutural*, o *saldo es-*

trutural, o *défi ce estrutural*, entre outras preciosidades! Só para que se perceba, o PIB potencial é aquele que se obteria se a economia de um determinado país estivesse a utilizar toda a sua capacidade produtiva. Nunca aconteceu em lado nenhum, nem ninguém sabe exactamente como se pode calcular. O nível de discricionariedade no seu cálculo é total! Mas é em comparação com este PIB potencial, **que tem a vantagem para os predadores do centro e norte da Europa de ser sempre maior que o PIB real**, que se calcula o famoso *défi ce estrutural* (muito mais difícil de reduzir que o défi ce nominal ou mesmo real. Défi ce estrutural esse que serve de arma de arremesso mesmo contra aqueles que cumprem o Pacto de Estabilidade em termos de défi ce nominal (abaixo dos 3% do PIB de cada ano). Para que se perceba melhor, o Défi ce Real (que já não é “pera doce” em termos de cálculo!) é igual ao quociente do saldo orçamental sobre o PIB nominal, subtraindo o efeito cíclico e somando as medidas extraordinárias

$$\left[\text{Défi ce Real} = \frac{\text{Saldo Orçamental}}{\text{PIB}} - \text{Efeito Ciclo Económico} + \text{Medidas Temporárias} \right]$$

Chegamos assim ao cerne das mesquinhas palpações da direita revanchista portuguesa na sequência da carta que a Comissão Europeia enviou ao Governo após receber uma cópia da proposta orçamental para 2017. A famosa página 40 do Relatório do Orçamento. O quadro abaixo ilustra a questão.

Quadro III.2.2. Variáveis orçamentais estruturais
(em % do PIB)

	2015	2016 ^p	2017 ^p
Receita estrutural	43,9	43,5	43,8
Despesa estrutural	47,2	45,2	44,9
Despesa primária estrutural	41,2	40,9	40,6
Saldo estrutural	-1,9	-1,7	-1,1
Var. saldo estrutural	-0,5	0,2	0,6
Saldo primário estrutural	2,7	2,7	3,2
Var. saldo primário estrutural	-0,8	0,0	0,6

Nota: As variáveis estruturais encontram-se em percentagem do PIB potencial.
Fonte: Ministério das Finanças.

O que a direita portuguesa e a Comissão Europeia querem ver esclarecido e como se atinge a variação positiva do *saldo estrutural* de 0,2% do PIB potencial em 2016. Quando em 2015 teve uma variação negativa de 0,5% (último ano do bom aluno Passos Coelho no governo). É que se o *saldo estrutural* de 2016 tiver uma variação positiva de 0,2% relativamente a 2015 é mais difícil de contestar que o governo português possa em 2017 atingir uma variação positiva de 0,6% desse mesmo saldo, que é exactamente aquilo que a Comissão Europeia impõe a Portugal para 2017. Isto é, estão todos indignados por o governo português usar do mesmo *vodu* que eles usam para nos obrigar a empobrecer no sentido de cumprir sem maiores danos metas absurdas! *Et pour cause ...* ■

Nota: o autor não dá uso ao denominado Novo Acordo Ortográfico



Pena de Morte: estratégia ineficaz no combate ao terrorismo

“Breivik fez o que fez porque pensava que tinha justificação. Nós seríamos melhores se lhe fizéssemos o mesmo porque pensamos que se justifica? Recuso-me a seguir o caminho dos terroristas.”

Bjørn Ihler, sobrevivente dos ataques levados a cabo por Anders Behring Breivik em 2011 na Noruega, que resultaram na morte de 78 pessoas.

Amnistia Internacional Portugal



No dia 10 de Outubro assinalou-se o 14º [Dia Mundial Contra a Pena de Morte](#), no qual o enfoque incidiu sobre o recurso a esta punição para os crimes relacionados com o terrorismo. Os ataques armados e violentos não constituem um novo fenómeno, mas nos anos mais recentes têm-se registado repetidos ataques violentos de enorme dimensão e profunda brutalidade que chocaram o mundo inteiro. Muitos Estados têm recorrido ao uso da pena de morte para combater estes crimes. A Amnistia Internacional documentou esta situação em pelo menos 20 países, através de um relatório publicado recentemente.

A ameaça de execução não é, no entanto, uma estratégia eficaz no combate ao terrorismo. Não existe nenhuma prova de que a pena de morte funcione como fator dissuasor dos crimes violentos de forma mais eficaz do que qualquer outra punição. Pode até ter o efeito contrário: as pessoas que se dispõem a cometer atos de violência em larga escala, com o objetivo de aterrorizar uma sociedade, fazem-no sabendo que poderão sofrer sérios

danos físicos e demonstram dessa forma que pouco ou nada se preocupam com a sua própria segurança. As execuções dessas pessoas acabam por oferecer uma publicidade bastante apreciada pelos grupos a que pertencem, uma vez que criam mártires que os ajudam a conseguir mais apoios para a sua causa.

Outro mito frequentemente associado à defesa da pena de morte é o de que esta é uma forma de fazer justiça perante as vítimas de crime violento e das suas famílias. Quando lemos testemunhos como o de Bjørn Ihler, percebemos que também este é um argumento falível. A aplicação da pena de morte não resolve as causas de raiz dos ataques violentos. Limita-se a perpetuar um ciclo de injustiça, sofrimento e violência, sem trazer nenhuma justiça para as vítimas.

Os ataques à população causam um terrível sofrimento às vítimas e às suas famílias e não podem nunca ser justificados. A Amnistia Internacional continuará a condená-los e a reivindicar a sua investigação, a punição dos responsáveis e o apoio e reparação às pessoas afetadas. Mas a pena de morte é um sintoma de uma cul-

tura de violência e não uma solução para a mesma.

Felizmente mais de dois terços dos países do mundo considera que o uso da pena de morte não é coerente com valores universalmente aceites. 140 são já abolicionistas na lei ou na prática e 58 países mantêm a pena de morte nas suas legislações penais.

Apesar de alguns reveses, o mundo continua a avançar em direção à abolição da pena de morte. Um percurso que Portugal liderou, ainda no século XIX, tendo sido um dos primeiros países a abolir a pena capital: em 1867 fê-lo para crimes civis e em 1976 alargou a abolição para os crimes militares tendo-se tornado um país livre de pena de morte. Um exemplo mais uma vez reconhecido, em abril deste ano, quando a [Carta de Lei de abolição da pena de morte em Portugal \(1867\)](#), recebeu a distinção de Marca do Património Europeu, “uma forma de contribuir para a promoção dos valores da Cidadania Europeia com especial enfoque nos Direitos Humanos, e para a construção de uma identidade baseada nos valores da tolerância e respeito pela vida Humana”.



Quinzena pela Justiça Social e Climática junta sindicatos, ambientalistas, precários e ativistas

De 24 outubro a 6 de novembro mais de uma dezena de coletivos juntam-se sob o mote: “Jogam com as Nossas Vidas”. Prepararam formações, ações diretas, debates, oficinas e projeções de filmes um pouco por todo o país.

Em Évora, Lisboa, Loulé, Peniche, Porto e Tavira estão em curso 15 dias de intensa atividade contra a precariedade laboral, social e ambiental. Da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP-IN à Plataforma Algarve Livre de Petróleo, organizações nacionais, regionais e locais juntam as suas lutas numa causa comum, amplificando as vozes umas das outras. Acreditam que é "hora de inverter o jogo", caminhando para um mundo sustentável e sem precariedade. Para estes movimentos, "os responsáveis

pela crise económica e pela crise ambiental são os mesmos" e todos os dias “jogam” com as vidas das pessoas, explorando até ao limite os trabalhadores e os recursos naturais para maximizar os lucros, sem a devida preocupação com os impactos na sociedade e no planeta. As áreas de ação propostas pelos movimentos incluem o trabalho precário, a prospeção e exploração de combustíveis fósseis, as alterações climáticas, os transportes públicos, a promoção de práticas sustentáveis, a oposição aos acordos internacionais de comércio livre, como o TTIP e o

CETA e o papel dos empregos dignos numa transição justa.

Todos os eventos serão divulgados no sítio da campanha "Empregos para o Clima" - www.empregos-clima.pt.

CONTACTOS

Ana Mourão | 96 278 43 33

Sinan Eden | 91 352 38 67

Destacamos algumas iniciativas na área de Lisboa

Filme no Doclisboa: Falemos de Furos

26 Outubro @ 21:30 - 23:30

Cinema São Jorge, Avenida da Liberdade, nº.175

Lisboa, 1250-141

CETA GO (Game Over)

27 Outubro @ 10:00 - 28 Outubro @ 22:00

Lisboa, Centro da cidade

Debate | O petróleo dá trabalho?

29 de Outubro, 21h30, Rua dos Anjos 12F, Lisboa

Os Precários Inflexíveis questionam as vantagens trazidas pela exploração do ouro negro.

Loja Grátis. GAIA. Lisboa

31 Outubro @ 16:00 - 20:00

GAIA-Lisboa,

Rua da Regueira nº 40, Alfama

Desenvolvimento Sustentável. CGTP-IN. Lisboa

2 Novembro

Sede da CGTP-IN,

Rua Victor Cordon, Nº 1

Lisboa

Ação de Formação | Alterações Climáticas

O SPGL leva a cabo, no dia 3 de Novembro, uma ação de formação subordinada ao tema "Alterações Climáticas".

Esta ação é aberta a todos os dirigentes, delegados, ativistas e sócios.

Ações Europeias | TTIP Game Over

Dias 3, 4 e 5 de Novembro acontecem por toda a Europa os TTIP GAME OVER

O TTIP - Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, entre os EUA e a UE, está em fase de negociações, mas o diálogo tem sido difícil, por causa da oposição dos povos europeus. Nesta altura vai haver uma nova ronda de negociações e mais uma vez, não nos vão pedir opinião. Mas vão ouvir-nos.

Marcha pelo Clima

Dia 12 de Novembro – Lisboa, Porto, Algarve

Para mais informações e questões: contacto@empregos-clima.pt

Programa

Ação de formação
Alterações Climáticas

- 1. Ciências Climáticas
- 2. Políticas e soluções
- 3. Campanha Emprego para o clima

3
NOV.
15H ÀS 18H
Sede do SPGL

Formadores do climáximo:
Sinan Eden, doutorando em matemática no IST
Luis Fazendeiro doutorado em física e doutorando em alterações climáticas no ICS

Inscrições (até dia 31 de Outubro) para spgl@spgl.pt



CETA

Ataque ao regime democrático e às conquistas dos trabalhadores

Luis Lobo
Informação e Comunicação - FENPROF

“A publicação do texto do Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá (CETA na sua sigla inglesa) coloca a nu as razões de fundo que levaram ao secretismo das negociações, revelando a criação de uma zona económica de cariz supranacional cuja regulamentação visa impor os interesses do grande capital transnacional...” (CGTP-IN)

Também o governo português, concluindo um processo que vem de antes da sua tomada de posse, deveria ter dado aos portugueses a possibilidade de conhecerem este acordo supranacional que, à margem de qualquer discussão pública, foi negociado sob um grande secretismo, tendo a CGTP-IN, de entre todo o movimento sindical português, sido a única organização sindical que procurou denunciar, divulgar e combater o que está aqui em jogo. A CGTP-IN, aliás, como refere nota emitida, denuncia que o CETA está a ser imposto, pela UE, como um facto consumado, procurando, dessa forma, “camuflar o processo e o conteúdo deste acordo”. Mais grave, ainda, é o facto de o governo português reconhecer a “sua possível entrada em vigor, ainda que sob a *forma provisória*, ficando a Europa à espera que cada um dos seus Estados o ratifique, um processo que a CGTP-IN rejeita por considerar que subverte “o regime democrático, a Constituição da República Portuguesa (CRP) e a soberania e independência nacionais”.

Por outro lado, a “CGTP-IN considera que este tipo de acordos não servem os trabalhadores portugueses. O CETA é uma opção de classe que apenas favorece as multinacionais e transnacionais num quadro em que se pretende impor o regresso ao passado nas relações laborais”.

De entre os efeitos laborais deste acordo, caso Portugal venha a ratificá-lo, refira-se o aumento da precariedade e a destruição de direitos. A nota da CGTP-IN é clara nas suas preocupações, alertando para o facto de o CETA “omitir o direito de sindicalização, a liberdade sindical, os contratos coletivos de trabalho, a organização do tempo de trabalho, a segurança da relação de trabalho ou o direito à Segurança Social”. Para a CGTP-IN, o CETA poderá vir a ser um poderosíssimo instrumento dos grandes grupos económicos e das multinacionais para forçarem o “retrocesso face aos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP)”, designadamente: “direito ao exercício de uma profissão, direito a uma carreira profissional e ao seu reconhecimento”.

Para além de o CETA prever a liberalização das trocas comerciais e dos contratos públicos em sectores fundamentais como o da água, dos resíduos, da saúde, da educação ou da defesa, o que porá em causa direitos fundamentais dos cidadãos constitucionalmente previstos, prevê ainda a criação de um comité misto supranacional cujo visa “adaptar sistemas educativos e a formação aos interesses imediatos das empresas, à concorrência entre elas e entre trabalhadores”.

Mas vai mais longe ao pôr em causa as

funções sociais do Estado e os serviços públicos estabelecendo a “prevalência do interesse privado sobre o interesse público e os direitos de quem trabalha, deixando o grande capital de mãos livres para poder proceder a reestruturações, deslocalizações e despedimentos”.

Com este acordo, como pode ler-se no texto distribuído pela CGTP-IN, ficam em causa a soberania e segurança alimentares, promove-se o controlo da economia em torno do objetivo prioritário do lucro, estabelece-se a harmonização legislativa relativamente aos sistemas fiscais de forma a que, através dessa harmonização, seja possível baixar os impostos às empresas, promove-se a privatização de serviços e prossegue uma política que, na União Europeia, impede que cada país possa decidir sobre o seu próprio futuro.

Refere a CGTP-IN que “o CETA está em contradição com o regime democrático e com a CRP que o estabelece e defende. Enquanto a CRP defende que todos os cidadãos são iguais perante a lei, o CETA abriria caminho à prevalência do interesse económico e dos investimentos sobre os direitos laborais, sociais e nacionais.”

Competirá, pois, ao governo português garantir a informação total sobre o que está em causa, disponibilizando-a de uma forma democrática a todos os cidadãos, utilizando, designadamente, os canais públicos de comunicação social – rádio, televisão e agência LUSA – e promovendo um amplo debate que permita, simultaneamente, o direito de os portugueses decidirem sobre o seu próprio futuro. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: spgldir@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt



Aumentar as Pensões, Melhorar as condições de vida

Foram os objetivos da concentração dos Reformados, Aposentados e Pensionistas realizada em Lisboa, no dia 22 de outubro, no Largo de Camões promovida pelo MURPI à qual se juntou o SPGL, a FENPROF e a IR/CGTP. ■

À atenção dos docentes aposentados em 2016

Revalorização das remunerações anuais para o cálculo das pensões

A formação das pensões de aposentação, de velhice e de invalidez tem por base os rendimentos do trabalho, revalorizados anualmente, tendo em conta a evolução da inflação.

Em 2016, todas as pensões foram formadas com os valores de correção de 2014 porque a Portaria que deveria determinar os coeficientes de revalorização das remunerações em 2016 só foi publicada no passado dia 7 de ou-

tubro, com efeitos desde 01 de janeiro de 2016 (portaria 261/2016 – artº 4º). Assim, todos os que se aposentaram no ano de 2016, têm direito a retroativos desde o dia da sua aposentação quer nas verbas pagas pela CGA, quer nas que receberam das escolas depois de aposentados.

Apesar de termos conhecimento que a CGA vai fazer as correções necessárias, achamos bem que todos peçam a

alteração do P1 e P2 e o pagamento das verbas em falta.

Para isso, elaborámos um requerimento a que poderão ter acesso através do site do SPGL:

<http://www.spgl.pt/revalorizacao-das-remuneracoes-anuais-para-o-calculo-das-pensoes>

Recorram aos serviços do nosso Sindicato para vos acompanharem no processo ■



Ação Sócio-Cultural Do Sítio de Xabregas ao Beato

No passado dia 28/10, com a presença de 45 participantes, iniciámos um ciclo de visitas à Zona Oriental da cidade de Lisboa sob o tema: VESTÍGIOS INDUSTRIAIS - O TRABALHO E A HABITAÇÃO, orientados pelo Dr. João Castela Cravo.

A Zona Oriental de Lisboa foi um dos locais de arranque da industrialização oitocentista da capital. Até ao século XVIII, esta zona, fora da cidade, foi sendo ocupada por hortas, mosteiros e palácios. É sobre os seus vestígios que as indústrias e as habitações operárias se vão encaixando e amontoando.

Nesta primeira visita percorremos as ruas de Xabregas, do Grilo, do Beato e do Açúcar e nelas pudemos observar instalações industriais, muitas já só vestígios, de finais do século XIX e inícios do XX, para além de vários tipos de habitações operárias (pátios e vilas, por exemplo) que ali se mantiveram (ou mantêm) até há pouco tempo.

De tarde visitámos o Teatro Ibérico, estabelecido na igreja do antigo Convento de Xabregas, cuja magnífica acústica e arquitetura religiosa conferem, ao espaço cénico, características únicas.

Este Teatro, com estatuto de utilidade

pública desde 1985, e tendo sido distinguido em 2005 com a Medalha de Mérito Cultural, atribuída pela Ministra da Cultura, tem nos seus anos de existência marcado a cultura portuguesa, com um percurso ininterrupto dedicado aos espetáculos, aos cursos e eventos culturais.

No próximo dia 11 de novembro realizaremos uma segunda visita intitulada “Estrada da Circunvalação e Convento da Madre de Deus”. As inscrições estão abertas até ao dia 4/11 para:

Tlm: 966 039 670 ou email: margaridalopes@sapo.pt ■

Legislação

• **DESPACHO N.º 12651/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 202/2016, SÉRIE II DE 2016-10-2075565998**

Educação - Gabinete do Ministro Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2016/2017

• **DESPACHO N.º 12667-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 202/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2016-10-2075555056**

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar Delegação de competências aos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimento concursal comum

• **DESPACHO N.º 12651/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 202/2016, SÉRIE II DE 2016-10-2075565998**

Educação - Gabinete do Ministro Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2016/2017

• **DECRETO-LEI N.º 65/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 203/2016, SÉRIE I DE 2016-10-2175575661**

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Proceda à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos após a entrada em aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como à regularização da atribuição de um suplemento remuneratório por despesas de representação aos presidentes dos institutos politécnicos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2012

• **DECRETO-LEI N.º 65-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 205/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-10-2575607377**

Negócios Estrangeiros Proceda à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, que aprova o regime do ensino português no estrangeiro

ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (ABC)



EM NOVEMBRO:

- **Lima de Carvalho - mais um nome de referência da pintura no espaço ABC**
Joaquim Lima de Carvalho, nascido em 1940 no Porto, é um nome incontornável não só na pintura mas também na renovação do movimento das artes em Portugal. Licenciado na Universidade do Porto, foi professor na Universidade de Belas Artes de Lisboa, de que foi presidente do conselho pedagógico e do conselho diretivo. Foi um dos fundadores da Cooperativa Árvore. Desenvolveu intensa atividade no meio universitário, tendo sido convidado em 2006 pelo então reitor J. Barata Moura para proferir a “oração de sapiência” na sessão solene de abertura do ano letivo com um texto subordinado ao tema: “A pintura e as Coisas. Momentos de Esplendor.”: Realizou inúmeras exposições individuais e coletivas por todo o país e em outros países, tendo também participado em pinturas de murais e de lugares públicos. Marque já na sua agenda: **inauguração da exposição de pintura de Lima de Carvalho, 25 de novembro, 18 horas.**
- **Não perca entretanto a Exposição de Gravura de Teresa Cabrita**
- **“O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO”**
O projeto “O meu livro quer outro livro” dinamizado sobretudo pelo departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, dará continuidade à sua ação, no mês de novembro, com duas iniciativas:
- **dia 9:** “As mulheres com poder e autoridade – o exemplo da mulher grega na Época Clássica”, pelo professor Manuel Duarte.
- **dia 23:** Uma viagem pela obra de Pedro Sá, com particular destaque para o seu livro mais recente: “Do outro lado do rio, há uma margem”, orientada pelo próprio autor.
Ambas as iniciativas, às 15.30 horas.

João Lobo Antunes



O prestigiado neurocirurgião, o homem “da compaixão”, espírito brilhante com uma cultura plurifacetada, morreu no passado dia 27 de outubro.

O SPGL teve a honra de o receber no seu auditório, integrado nas ações do projeto “O meu livro quer outro livro”, no ano de 2016, com a apresentação da sua obra “Ouvir com Outros Olhos”. Que a lembrança do riquíssimo diálogo que então nos proporcionou constitua a singela homenagem do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). ■

Formas de extinção do vínculo de emprego público (continuação)

Extinção por caducidade

Após terem sido tratadas duas das cinco formas de extinção do vínculo público (o acordo e a extinção pelo trabalhador com aviso prévio), previstas no artigo 289º da LTFP aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nesta rubrica vou dar a conhecer mais uma – a **caducidade** do contrato de trabalho em funções públicas.

De acordo com o artigo 291º da referida LTFP são três as situações em que o vínculo de emprego público pode caducar. São elas:

- a) A verificação do seu termo;
- b) A situação da impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de o trabalhador prestar o seu trabalho;
- c) Com a reforma ou aposentação do trabalhador, quer seja por velhice ou invalidez ou, em qualquer caso, quando o trabalhador completar 70 anos de idade;

No primeiro dos casos enunciados há que considerar duas situações: a caducidade do contrato de trabalho em funções públicas a termo certo e a caducidade do contrato a termo incerto. Na primeira situação, o artigo 293º da LTFP dispõe que o contrato caduca no final do prazo estipulado. Contudo, a lei especifica que isso só sucede desde que o empregador ou o trabalhador não comuniquem por escrito a vontade de renovar o contrato **até 30 dias antes** do referido prazo terminar. No caso de o empregador comunicar a sua vontade em renovar o contrato a lei faz presumir o acordo do trabalhador se este não manifestar por escrito vontade em contrário, **no prazo de sete dias úteis**.

A caducidade do contrato de trabalho a termo certo resultante da vontade do empregador público confere ao trabalhador o direito ao pagamento de uma compensação correspondente a 18 dias de

retribuição base por cada ano completo de antiguidade, calculada nos termos conjugados dos artigos 12º da Lei nº 35/2014 de 20 de junho e dos artigos 344º, nº 2 e 366º do Código de Trabalho.

No caso dos contratos de trabalho a termo incerto, a caducidade ocorre quando, prevendo-se a verificação do termo, o empregador comunique ao trabalhador a data da respetiva cessação com a antecedência mínima de sete, 30 ou 60 dias, consoante o contrato tenha durado respetivamente, até seis meses, de seis meses até dois anos ou por período superior. A lei determina ainda que a comunicação pelo empregador determina o pagamento ao trabalhador de uma remuneração correspondente ao aviso prévio em falta.

Também no caso destes contratos de trabalho a termo incerto, a caducidade confere ao trabalhador o direito à seguinte compensação correspondente, nos termos conjugados dos artigos 12º da Lei 35/2014 e dos artigos 345º, nº 4 e 366º do Código do Trabalho: **a)** a 18 dias de retribuição por cada ano completo de antiguidade, no que respeita aos três primeiros anos de duração do contrato; **b)** a 12 dias de retribuição base por cada ano completo de antiguidade, nos anos subsequentes.

Finalmente, na terceira situação (supra mencionada) geradora da caducidade do vínculo de emprego público, esta verifica-se decorridos que sejam 30 dias sobre o conhecimento, pelo empregador e pelo trabalhador, da reforma ou aposentação deste último por invalidez ou por velhice.

No próximo número do Escola Informação ser-vos-á dado a conhecer o regime de mais uma das cinco formas de extinção do vínculo público. ■

Reunião Plenária

Professores e Educadores

contratados e

desempregados

| 10 de novembro |
de 2016

| 17H30 |

| Sede SPGL (Auditório) |

Ordem de Trabalhos:

1.

Ação reivindicativa

2.

Concursos de professores
(propostas para a revisão da legislação)